

hincão da apreciação do requerimento de Urgência nº 135/97 na sessão anterior. Assim sendo, o Senhor Presidente colocou em discussão o Parecer favorável em conjunto ao Projeto de Lei nº 043/97 - Abrengagem nº 018/97. Após as discussões, o Senhor Presidente colocou em votação o Parecer favorável em conjunto das Comissões técnicas para o Projeto de Lei nº 043/97 - AB e nº 018/97, sendo aprovado. Nada mais havendo a falar, o Senhor Presidente encerrou a presente sessão em nome de Deus. E, para constar, mandou que se registre a presente Ata, que depois de lida, sob o lido e apreciação financeira, aprovada, seja assinada para que produza seus efeitos legais.

*[Handwritten signature]*  
Senhor Presidente

*[Handwritten signature]*

Ata da Vigésima Segunda Sessão Ordinária do Segundo Ano do Legislativo da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia vinte e um de outubro do ano de mil novecentos e noventa e sete.

Às dez e meia horas do dia vinte e um de outubro do ano de mil novecentos e noventa e sete, sob a presidência do Vereador Waldir Maurício de Aquino Neto, e com a ocupação da Primeira Secretaria pelo Vereador Braz Benedito Arcajo Filho, reuniu-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além disso, responderam a chamada regimental os seguintes Vereadores: Aires Passa de Azevedo, Antônio Carlos de Carvalho Orindade, Edison Silva Magalhães, Eduardo Corrêa Neto, Gustavo Antônio Guimarães Suongui, Jânio dos Santos Mendes, Joaquim Schwandt, Raniel Gomes da Silva Filho, Haruo Trindade Corrêa, Ronga Aureliadora Ramos Rêcnica, Rilton Roberto Ferreira de Souza, Omar Camparo da Silva, Vilas Rodrigues Filho e Rui Barbado Jairo Marcondes número regimental, o Senhor Presidente

4

declaram aberta a presente sessão em nome de Deus. A seguir, foram lidas e aprovadas as seguintes Atas: Ata da Vigésima Primeira Sessão Ordinária do Segundo Período Legislativo e Ata da 5ª Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia dezessete de outubro do ano em curso. A seguir, o Senhor Presidente, após o cumprimento do rito regimental solicitou ao Senhor Primeiro Secretário a leitura do Expediente que consta do seguinte: Ata nº 620/97 - Câmara Municipal de Além Paraíba, assunto: Comunica que a Câmara Municipal de Além Paraíba aprovou, por unanimidade, votos de parabéns e aplausos de autoria do Vereador Arnaldo Gomes Júnior, parabenizando pelo brilhantismo, do XXII Encontro de Entidades Negras do Interior do Estado do Rio de Janeiro, Ata nº 142/97 - Secretaria do Idoso e do Adolescente, assunto: Informa que o Dr. José Roberto Mendes da Rocha - Secretário Municipal do Idoso e do Adolescente, comparecerá a esta Casa Legislativa, no dia 23, à partir das 18 horas para prestar esclarecimentos sobre os projetos dispichados às Comissões e parentes do nosso Município, atendendo o requerimento nº 519/97 de autoria da Vereadora Maria Auxiliadora Ramos Rêgina, Ata nº 154/97 - Promoções LTDA - Folha dos Lagos, assunto: Nomeia o Presidente desta Casa Legislativa para o Painel do Projeto União 98, a realizar-se no Hotel La Brasa, dia 23/10, às 10:00 horas. Projeto de Lei nº 154/97 de autoria do Vereador Rui Buchado de Faria, assunto: Lei institui a taxa de licenciamento e fiscalização de Obras e Serviços em Logradouros Públicos no âmbito do Município de Cabo Frio, Projeto de Resolução nº 036/97 de autoria do Vereador Milton Roberto Pereira de Souza, assunto: Confere título de Cidadão Cabofriense ao Sr. Roberto Benedito Cardozo, Projeto de Resolução nº 037/97 de autoria do Vereador Milton Roberto Pereira de Souza, assunto: Confere título de Cidadão Cabofriense ao Sr. Ricardo César Moreira Oliveira, Projeto de Resolução nº 038/97 de autoria do Vereador Ricardo Andrade Lima, assunto: Confere título de Cidadão Cabofriense ao

Senhor Aécio José Rosa da Silva, Projeto de Resolução nº 040/97 de  
 autoria do Vereador Antônio Carlos de Carvalho Irindade, assunto: ler  
 Jere título de Geladão Cabohunze ao Sr Victor Basso Júnior, Indi-  
cação nº 209/97 de autoria do Vereador Sr. Ruchado de Faria, assun-  
 to: solicita ao Exmº Sr. Prefeito Municipal estabelecer a organização  
 e supervisão, pela Secretaria Municipal de Esportes, das diversas simo-  
 dalidades esportivas que são praticadas em Baurios, Quadras, Cam-  
 pos, etc., do Município. Após a leitura do Expediente, o Senhor Presi-  
 dente solicitou aos Vereadores Gustavo Antônio Guimarães Suanger  
 e Fábio dos Santos Mendes, que acompanhavam para tomarem  
 assento junto a Mesa Diretora, os Senhores Roberto André e A-  
 rcardo Hara Kaki, representantes da LEES, atendendo a requerimento  
 aprovado pela Casa, de autoria do Vereador Gustavo Antônio Gui-  
 marães Suanger, e, que iam prestar esclarecimentos com rela-  
 ção a Empresa. Iniciando os debates esboçados em seu requere-  
 vimento, o Vereador Gustavo Antônio Guimarães Suanger, disse que  
 na condição de autor da proposição, agradecia a presença dos re-  
 feridos representantes da LEES, pelo atendimento ao convite que  
 quis, falou sobre os péssimos serviços prestados pela LEES, após  
 a privatização e, os constantes "cortes" no fornecimento de energia  
 e, sua preocupação com a proximidade do verão quando era in-  
 tensa a demanda de energia. Respondendo, disse o Senhor represen-  
 tante da LEES, que estava sendouplicado o pessoal encarregado  
 de manutenção de linhas, postes e transformadores para atender  
 a toda a região, além de outras medidas técnicas a seguir o Ve-  
 recedor Antônio Carlos de Carvalho Irindade perguntou em quanto  
 tempo era realizado o corte de fornecimento de energia, pelo  
 não pagamento da Conta disse o Senhor representante da LEES  
 que após o décimo primeiro dia, após o vencimento, o corte po-  
 dera ser realizado. Indagou o Vereador Antônio Carlos de Car-  
 valho Irindade, qual o período para pagamento de prejuízos cau-  
 sados pelo fornecimento de energia eficiente, e, quando praticava  
 alguma de eletrodomésticos e similares, com responsabilidade de

~~AD~~

Disse o Senhor representante que após comprovada a responsabilidade da Empresa, o prazo para ressarcimento irá de até seis meses. Cominou o Sr. Viador, que o corte era após onze dias, e o pagamento de prejuízos causados pela Empresa era de seis meses. Perguntou o Sr. Viador quanto dos bancos Vandes, quanto o grupo investira no CEE, após a privatização, e quanto pretendia investir, e quanto havia sido o montante do lucro em tal período. Disse o Senhor representante do CEE, que para Cabo Frio o investimento em baixa tensão era na ordem de um milhão de reais, e, em sub-estações e outras, era de um milhão e quinhentos mil reais. Disse que outros investimentos estavam programados para atender a toda a região dos Campos. Observou que há mais de dez anos o CEE não investia na manutenção de rede, e este quadro, fora encontrado ao assumir a Empresa, e como consequência, havia no presente uma deterioração nos serviços prestados, sendo prejudicada tecnicamente o atendimento a demanda. A seguir, o Sr. Viador Osmar Sampaio da Silva, disse que não via investimentos para atender a base econômica do Município, na medida em que a Empresa investia nos bairros periféricos, para cobrir os "gatos", e podar árvores o que achava natural, e objetivamente perguntava o que de imediato a Empresa planejava e executava para melhorar aos serviços principalmente no segmento produtivo. Respondendo, o representante do CEE disse que antes do Carnaval os serviços já estariam em qualidade regular, podendo afirmar que em final de 1998, início de 1999, o CEE já estaria prestando serviços a nível de qualidade internacional. A seguir, o Sr. Viador Osmar Sampaio da Silva, disse que a privatização ocorreria com as Empresas lutantes sabendo das reais condições do CEE. Acrescentou que em vista de tal fato, o grupo vencedor assumiria com o compromisso de prestar serviços de qualidade o que não acontecia, e que até mesmo em relação aos serviços prestados pelo antigo CEE, o atual grupo preferia uma deterioração no fornecimento de energia. Disse entender que a CEE

havia demitido mão de obra de qualidade, para baixar custos e, admi-  
 do gente despreparado, e assim, ocorria a queda na qualidade no fo-  
 nhecimento de energia, com graves prejuízos para o usuário. Disse que  
 com tal situação a AES prejudicava muito a economia do Município,  
 com perfil turístico e assim, gerando desemprego e graves mazelas  
 sociais, pois o empresário ficava recioso quanto a investimentos fu-  
 turos. Disse ser necessário que junto ao Governo Federal houvesse uma  
 fiscalização quanto as atividades da AES, tais os transformos ou  
 usados da Comunidade. Indagou se era possível a AES fornecer mapa  
 de fontes de energia, para que pudesse ser acionado o Governo Fede-  
 ral. Disse o representante da AES, que os mapas de fontes de ener-  
 gia continuavam sendo elaborados, mas, não tinha como responder  
 se era possível ou não fornecer-los, mas, que estavam sendo envia-  
 dos ao DENAI, por ser um imperativo legal. A seguir, o Vereador  
 Cruz Benedito Branco Filho, perguntou qual o planejamento da AES quan-  
 to extensão de rede para Abate de Iguaçu, ou Rainha do Açúcar, na periferia  
 da cidade, visto as péssimas condições de fornecimento de energia,  
 com riscos de graves acidentes. Disse o representante da AES, que as  
 áreas periféricas seriam alvo de projeto para melhoria técnica, e que  
 Rainha do Açúcar receberia obras no final de outubro do ano em curso,  
 com prévio cadastramento de usuários. A seguir, o Vereador Manoel  
 Justino do Silva Filho, falou sobre contas de energia, contidas ca-  
 mo "boixa rinda", e que após a privatização, haviam sido alteradas  
 com valores muito altos, e prejudicando pessoas muito humildes,  
 indagando qual a base legal para tal majoração de contas. Respon-  
 deu o representante da AES, que ao assumirem a direção da Em-  
 presa, encontraram um grande número de usuários que consumiam  
 uma taxa fixa, porque não tinham relógio, e assim, a nova direção  
 investiu em tais medidores, o que evidentemente passou a causar  
 um consumo relativamente de energia com relação a "boixa rinda",  
 disse que o projeto continuava na Empresa, desde que o usuário com-  
 prava tal condutor para a Empresa. Retorquiu o Vereador Manoel  
 Justino do Silva Filho, que no seu entendimento a AES não adotara

AD

critérios justos, até porque a elevação do custo de Energia em áreas  
carentes, não teve a correspondente elevação na qualidade dos servi-  
ços, e, tais usuários não haviam sido um comunicado prévio quanto  
às novas normas da Empresa. Disse o Senhor representante da  
CEES, que a Empresa juntamente com o ROCEL, estava desenvolvendo  
um projeto de consorciação de economia de Energia nas áreas ca-  
rentes, pois o consumo fixo, não projeta a realidade, e assim, em  
o princípio, o usuário passava a ter noção do custo do Energia, que  
evidentemente não era de tanta importância, pelo motivo anterior,  
ou seja, sem medidor. A seguir, o Vereador Milton Roberto Perreira de  
Souza, disse que realmente os serviços da CEES eram da pior qua-  
lidade, que era grande o consumo de relas, que os estoques de  
luminárias de emergência se esgotaram rapidamente, e, sendo o  
Chile considerado como primeiro Abundo na América do Sul, não en-  
tendo como uma Empresa Chilena pudesse ser tão precária, louvan-  
do-se assim a antiga CEES. Disse ser um absurdo, inadmissível,  
o que a CEES praticava com os cortes de energia, levando cerca de  
quatro horas para serem restabelecidas, e assim, divergia apelo pa-  
ra que fossem duplicadas, ou adequadas a realidade da demanda  
as equipes de manutenção, principalmente no período noturno. A se-  
guir, o Vereador Eduardo Corría Ma, divergiu apelo, em nome do  
Sinhdo Liberal, falando também em nome do Vereador Carlos Au-  
rillodoro Ramos Rábica, no sentido de que a CEES atendesse as  
carências da Zona rural, referindo-se a zona de Agricultura, fazendo  
ser uma comunidade eminentemente agrícola, que carecia de  
pontualmente regular de Energia, e agradeceu a presença da CEES  
na Casa, o que representava um primeiro passo para a Empresa  
resgatar a credibilidade junto a opinião pública. Disse o Senhor re-  
presentante da CEES, que dentro do plano de investimentos estava  
inserida a eletrificação da zona rural. O Vereador Joaquim Schun-  
dt, falou que no Bairro Jardim Esperança o partir das quinze horas  
a Energia elétrica caia em níveis bem baixos, com graves prejuí-  
zos para o comércio, impedindo o funcionamento de maquinário, e,

embora as reclamações a LERS informara que só atendia em caso de falta de energia. Disse o representante da LERS que a Empresa tinha planos para reorganizar a rede já existente em Jardim Esperança, e quanto a reclamação, disse que a Empresa tinha obrigações não apenas quanto a falta de energia, mas, também em casos de queda de tensão e a assim, iria procurar corrigir. Disse que o projeto para Jardim Esperança iria terminar no final do ano. O Presidente Waldir Cavalcanti de Aguiar Neto, comentou sobre a sazonalidade da rede e indagou se a Empresa tinha algum plano emigração principalmente quanto ao final do ano e retorno. Disse o representante da LERS que ainda não podia garantir as ações da Empresa com referência a questão levantada, mas, se pretendia fazer um atendimento mais rápido. A seguir, o Vereador Gustavo Antônio Guimarães Branger, comentou que segundo se sabia a LERS fora privatizada, ou comprada, sucedida, e, coincidência ou não, admitia que uma Empresa Chilena, oriunda de país considerado como primeiro mundo, na América do Sul, não poderia ter realizado tal negócio sem saber a real situação da Companhia. Apresentou o Vereador Gustavo Antônio Guimarães Branger, que tendo comprado a LERS, o grupo Chileno sabia como proceder, sobre a experiência na área de fornecimento de energia elétrica. Indagou o Vereador, em complemento as considerações levantadas, se não seria uma questão de prioridade, não seria o caso da LERS ao invés de estar preocupada com a manutenção do já existente, estaria direcionando ações para aumentar a rede e assim, gerar mais recursos. Respondendo o representante da LERS disse, que se pretendia melhorar a qualidade para os clientes que estavam pagando suas contas, e gradativamente implantar redes novas para atender a demanda. A Vereadora Maria Auxiliadora Ramos Rêgo, perguntou se existia na LERS um setor dedicado exclusivamente para atender aos usuários com projetos em aparelhos eletro-eletrônicos. Respondendo o Senhor representante da LERS, que o atendimento era na área comercial com funcionários designados para tal função. Relatou a Vereadora Maria Auxiliadora Ramos Rêgo, que está cliente da LERS, com aparelho queimado

para o conselho na Empresa a promover o PROCON. Reafirmou o representante da EES, que o cliente deveria ter o caso resolvido pela Empresa. Com relação ao ponto ser do EES, indagou a Vereadora como se poderia aquilatar a isenção quanto ao laudo técnico de aparelhos. Disse o representante da EES que a reclamação deveria ser precedida em três dias úteis, e, em função de ocorrência, se a culpa fosse da Empresa haveria o ressarcimento. Indagou o Vereador Sílvas Rodrigues Pinto, quais as providências causadas de tantos "eventos" no fornecimento de energia, e, quais os critérios para parcelamento de dívidas junto a EES, principalmente nas áreas mais eventuais. Falou também sobre multas impostas pela EES aos consumidores que colocaram por conta própria braços de luz em suas ruas, visto não estar sendo realizado tal serviço nem pela Empresa e muito menos pela Prefeitura. Com relação aos constantes pontos no fornecimento de energia, enfatizou que era devido a falta de investimentos por mais de dez anos, como já havia anteriormente. Disse que dentro de mais quinze dias haveria um sistema de atendimento telefônico tipo sorte e quatro horas, racionalizando todas as reclamações. Com relação a parcelamento de dívidas disse que existia critério de acordo com a condição social do cliente, ou outras peculiaridades de cada caso, chegando até a dez por cento parcelas. Redarguiu o Vereador Sílvas Rodrigues Pinto que não era o que estava ocorrendo, e, segundo se sabia a Empresa pressionava para receber dívidas de imediato, ou até três vezes. Ao responder o representante da EES que iria tomar providências, mas podia afirmar que a Empresa parcelava dívidas em até dez por cento como já relatara em minutas. Com relação a braços de luz colocados por particulares, disse que a Empresa realizara um censo para registro de todas as peculiaridades do fornecimento de energia, envolvendo todos os segmentos, disse que as luminárias clandestinas eram codificadas pelo DENAR, e assim era a Empresa obrigada a retribuir tal equipamento e multar o cliente responsável. Disse que realmente muitas ruas rotam as ruas, e, era interesse da EES inter

em contato com a Prefeitura para regularizar tal situação que era muito grave. A seguir, o Vereador Antônio Carlos de Carvalho Trindade, observou que os serviços da EES haviam piorado de forma considerável, pior do que antes da privatização, o ponto da Empresa ser convidada para prestar esclarecimentos à Câmara, visto o clamor da população. Continuando, disse que a Empresa respondia por um serviço que o Estado não fazia bem e, que os atuais proprietários da EES pagam muito pior, e assim era grande o temor pelo preço que se aproximava e possivelmente desastroso em termos de fornecimento de Energia. Indagou também, por que a EES não mantinha a eficiência do custo de Energia no ressarcimento dos prejuízos causados por seu próprio serviço, e, finalizando indagou quantas indenizações haviam sido pagas pela EES após a privatização. Respondendo, disse o representante da EES não ter dados para responder quanto as indenizações pagas em Cabo Frio por queima de eletro-eletrônicos. Falou não haver qualquer instrução para que funcionários dessem mal tratamento ao cliente que fosse registrar qualquer tipo de reclamação na EES. A seguir, o Vereador Osmar Camparo da Silva, reportou-se à ótica de Iluminação Pública, destacando que o usuário pagava quase um milhão de Kilowatts para iluminação pública, e, que tal montante estava super estimado visto degradação de luminárias, lanteanilhas sem tal serviço e outros ingredientes, e assim, entendia como muito rigorosa a taxa da EES quanto a luminárias e lanteanilhas na medida em que o consumidor pagava e muito bem. Disse que não defendia o "gato" ou ligatões e lanteanilhas, mas entendia que a EES agisse de outra forma até ser normalizado tal serviço pela Prefeitura. Com relação à solução encontrada pela EES para conter o "gato", disse que estebeamente era um horror, com partes de alumínio. Disse que tal procedimento fora muito ruim, no futuro facere, e que alguma providência deveria ser adotada pela Prefeitura, na medida em que um simples cidadão não podia contemplar tais práticas, um verdadeiro horror, e que o Município de Cabo Frio não podia aceitar tal solução. Respondendo, disse o representante da EES

2

que a iluminação pública era fundamental, e que deveria haver a parceria com a Prefeitura. A seguir, o Vereador gênio dos Santos Mendes, disse ser digno de respeito o respeito que os dois representantes da EERS demonstraram, em comparecendo à Câmara, mas não poderia deixar de observar um certo conflito de idiomas, embora a labridade do português e do castelhano, e que de certa forma dificultava o entendimento, e assim, destacou, "aspas", que não seria do mesmo forma o diálogo que estava sendo levado ao Consumidor da EERS, e assim, entendia ser necessário uma reflexão quanto a questão, mas seria ideal que estivesse se representando a EERS, alguém que estivesse falando a língua portuguesa, o que não diminuía o respeito aos cidadãos que ali estavam. Respeitando indagou quanto a qualidade do material que estava sendo utilizado pela EERS, e, segundo algumas pessoas, os postes galvanizados tinham descargas elétricas. Disse o Senhor representante da EERS que o material utilizado era de comprovada qualidade e, aplicado em outros países, não havendo riscos para atrair descargas elétricas. A seguir, o Vereador Milton Roberto Firura de Souza, disse que a partir do diálogo com os representantes da EERS, passara a ter fundadas esperanças no sentido de que a qualidade dos serviços da Empresa fossem melhoras, mas por ironia do destino, a fonte que comandava as luzes do painel dos microchips da Casa havia queimado, talvez por um "pique" de energia. Solicitou apoio para que fossem implicadas as equipes de manutenção. A seguir, o Senhor Presidente Waldir Raurício de Aquino Neto agradeceu a presença dos representantes da EERS, esperando que os pleitos lançados pelos Senhores Vereadores, na sociedade, pleitos da Comunidade, encontrassem um ponto a Empresa, ratificando que o Legislativo também estava à disposição da EERS, como um canal democrático com a Comunidade, e ainda, que o debate fora em alto nível, o que contribua sensivelmente para o aperfeiçoamento da qualidade de vida dos cidadãos. A seguir, parabenizou aos representantes da EERS.

Embora o conflito de idiomas, houve pleno entendimento nos assuntos enfocados e franqueando a palavra para as considerações finais dos representantes da Empresa. Observou o Sr. Ricardo Itakaki que o problema de idiomas mencionado por um Vereador, poderia ser resumido, pois havia um negócio entre a Leas e seus clientes e assim, só um idioma, se o cliente pagava tinha direitos a quem se, e a responsabilidade da Companhia era prover com qualidade seus serviços, afirmando que a Leas estava insistindo dentro do seu cronograma, e, nas exigências do sistema em operação. Continuando na direção dos trabalhos, o Senhor Presidente suspendeu a sessão por quinze minutos. Durante os trabalhos, o Senhor Presidente Vereador Waldir Maurício de Aquino Neto, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário, Vereador Erazo Benedito Oranço Filho a chamada regimental para verificação de "quorum". Além desses, responderam a chamada regimental os seguintes Vereadores: Aires Costa de Aguiar, Antônio Carlos de Carvalho Trindade, Edson Silva Bagalhães, Eduardo Vieira Neto, Gustavo Antônio Guimarães Branger, Jânio dos Santos Mendes, Joaquim Schmidt, Manoel Filho da Silva Filho, Mário Trindade Costa, Maria Auxiliadora Ramos Rômulo, Nelson Roberto Pereira de Souza, Osmar Campos da Silva, Silas Modenes Bento e Juy Machado de Faria. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou reaberta a presente sessão em nome de Deus. A seguir, o Senhor Presidente conduziu os trabalhos para o segmento dedicado a Ordem do Dia. Nesta etapa foram apreciadas as seguintes matérias: Aprovado parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça nos seguintes projetos: Projeto de Resolução nº 033/97, 034/97 e 035/97. Aprovado em votação secreta de acordo com o Regimento Interno desta Casa os seguintes projetos: Projeto de Resolução nº 033/97, 034/97 e 035/97. Aprovado parecer favorável da Comissão de Orçamentos e Finanças ao Projeto de Lei nº 044/97. R. E. nº 017/97 e, aprovado requerimento de urgência nº 134/97 para o projeto de Lei nº 044/97. R. E. nº 017/97 para a Comissão de Redação Final.

A seguir, foram encaminhadas para a Comissão de Constituição e Justiça, os seguintes projetos: Projeto de Lei nº 054/97, Projeto de Resolução nº 036/97, 037/97, 038/97 e 040/97. Aprovada a Indicação nº 809/97, terminado a Ordem do Dia, e não havendo oradores para o uso da tribuna em explicação pessoal, o Senhor Presidente encerra a presente Sessão em nome de Deus, marcando Extraordinária para dentro de dez minutos e, para constar, mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, submetida à aprovação plenária, aprovada, será assinada para que produza seus efeitos legais.

*[Handwritten signature]*  
Waldyr

*[Handwritten signature]*

Ata da Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia vinte e um de outubro do ano de mil novecentos e noventa e sete.

As vinte horas do dia vinte e um de outubro do ano de mil novecentos e noventa e sete, sob a Presidência do Vereador Waldyr Maurício de Aguiar Neto e com a cooperação da Primeira Secretária pelo Vereador Braz Benedito Arcanjo Filho, reuniu-se Extraordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além desses, responderam à chamada regimental os seguintes Vereadores: Aíres Pessoa de Cavaredo, Antônio Carlos de Carvalho Trindade, Edson Silva Magalhães, Eduardo Corrêa Rifa, Gustavo Antônio Guimarães Branger, Janio dos Santos Mendes, Leaguim Schmidt, Raniel Roberto do Silva Filho, Rávio Trindade Corrêa, Riana Aurélio da Rosa Ramos Rôniccy, Ralton Roberto Pereira de Souza, Osmar Tampão do Silva, Silas Rodrigues Brito e Rui Machado Lima. Havendo nomeado regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. A seguir, o Senhor Presi-